

HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA: O ENSINO BÁSICO DE HISTÓRIA NO PERÍODO PRÉ E PÓS DITADURA CIVIL- MILITAR BRASILEIRA DE 1964 – 1985

HISTORY OF HISTORY EDUCATION: ELEMENTARY HISTORY EDUCATION IN THE PRE AND POST-BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP PERIOD FROM 1964-1985

Isnard de Albuquerque Câmara Neto*

Maria Eduarda Alvarenga da Silva Kumagae**

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo estudar e compreender como era o ensino de história e sua trajetória no Brasil para que pudéssemos fazer uma pequena linha do tempo e comparar como a censura estabelecida no período civil-militar impediu os professores de História de exercerem sua atividade profissional com autonomia, o que afetou no ambiente escolar, quais foram as mudanças geradas pela censura e, por fim, analisar como foi a retomada da educação básica de História de forma individual e autônoma, junto com as consequências a curto e longo prazo na educação brasileira e na sociedade do país. Este trabalho foi desenvolvido a partir do estudo de teses sobre o período ditatorial e livros didáticos da época e atuais, visando um maior entendimento das consequências e esclarecimento dos fatos. Como resultados, pode-se destacar que a censura e o autoritarismo vigentes no período foram um modo de procurar extinguir os estudos sociais, objetivando reduzir o universo de cidadãos pensantes, obtendo-se, assim, maior facilidade de doutrinação.

Palavras-chave: Educação; Ditadura; História; Censura; Autonomia.

*Professor do Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté – UNITAU, (incamara@icloud.com)

**Graduanda do curso de História do Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté - UNITAU, (duda_kumagae@hotmail.com)

ABSTRACT

The present research aims to study and understand the history of history teaching and its trajectory in Brazil. We seek to create a brief timeline to compare how the censorship established during the civil-military period prevented History teachers from exercising their professional activities autonomously, impacting the school environment. We also examine the changes generated by censorship and, finally, analyze how the resumption of basic History education occurred individually and autonomously. This includes short and long-term consequences on Brazilian education and society. This work was developed through the study of theses on the dictatorial period, as well as textbooks from that time and current ones, aiming for a better understanding of the consequences and clarification of events. Results highlight that censorship and authoritarianism during that period aimed to suppress social studies, intending to narrow the realm of thinking citizens, thus facilitating indoctrination.

Keywords: Education; Dictatorship; History; Censorship; Autonomy.

INTRODUÇÃO

Este ano, 2024, completam-se 60 anos do grande golpe. Golpe este que marcou toda a história de uma nação. Este trabalho visa analisar a linha do tempo do ensino de História no Brasil afim de analisar com precisão o período que antecede o golpe, o golpe e o período após. Para realizar a pesquisa utilizamos livros didáticos e pesquisas sobre o período. A visão unilateral da pesquisa se dedica a documentar apenas a visão dos grupos minoritários que foram fortemente reprimidos pela ditadura.

No cenário conturbado da história brasileira, o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) marcou profundamente não apenas a política e os direitos humanos, mas também, a educação no país. A censura e o autoritarismo impostos no decorrer da vigência do regime tiveram impacto significativo no ambiente escolar, especialmente no ensino de História. Busca-se explorar as implicações dessa censura na prática dos professores de História e, por extensão, na formação dos alunos.

Durante os anos de repressão, a censura governamental exerceu rígido controle sobre o conteúdo e a abordagem das disciplinas, em especial a História, que foi alvo de uma reescrita seletiva da narrativa histórica no Brasil. Nesse contexto, os

professores se viram limitados em sua capacidade de exercer a profissão com autonomia, sujeitos a uma cartilha ideológica que visava suprimir o pensamento crítico e a dissidência política. Os manuais escolares também foram submetidos a uma revisão ideológica, distorcendo eventos e figuras históricas para atender aos interesses do regime.

O objetivo é obter uma visão abrangente das mudanças ocorridas no ensino de História ao longo desse período crítico da história brasileira, juntamente com as consequências a curto e longo prazo na educação e na sociedade do país.

A pesquisa torna-se relevante por ser um tema pouco abordado, sendo trazido à tona para enfatizar a difícil trajetória da História do ensino de História no Brasil, em específico, no período ditatorial.

Como resultados preliminares, destacamos que a censura e o autoritarismo durante o regime militar foram instrumentos utilizados para controlar o discurso histórico, visando à formação de uma sociedade dócil e desprovida de pensamento crítico. A retomada da educação básica de História, após o fim da Ditadura, enfrentou desafios significativos, mas também proporcionou a oportunidade de reconstruir um ensino mais plural, democrático e alinhado com os princípios da cidadania e da liberdade de pensamento. Busca-se lançar luz sobre esses aspectos cruciais da nossa história recente, e sua influência duradoura na educação brasileira e na sociedade como um todo.

DESENVOLVIMENTO

1. A trajetória do ensino de História no Brasil

Durante o período colonial, o ensino da História desempenhava um papel de acentuar a desigualdade social, concentrando-se exclusivamente na classe mais poderosa. Nemi e Martins (1996) observam que os educadores não demonstravam preocupação nem questionavam a realidade social e a divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Comprova-se no trecho “[...] considerado uma atividade inferior, era relegado em parte aos índios e, especialmente, aos negros” (NEMI; MARTINS, 1996, p. 14).

Os primeiros colégios foram inaugurados pelos jesuítas e, com o tempo, se concentraram exclusivamente na elite. Mesmo após a expulsão dos Inacianos, em 1759, pelo Marquês de Pombal, em uma tentativa falha de modernizar o ensino, as características ideológicas do ensino não sofreram significativas alterações.

O conteúdo pautado na primeira Lei sobre a instrução nacional do Império do Brasil (o Decreto das Escolas de Primeiras Letras, de 1827) expõe que a escola tinha a função de “[...] fornecer conhecimentos políticos rudimentares e uma formação moral cristã à população” (BRASIL, 1997, p. 19). Neste documento, a História ensinada na escola deveria ser voltada à História Civil (pretextos cívicos), juntamente com a História Sagrada (aprendizado da moral cristã).

Segundo Simone Varela, em artigo acadêmico sobre como o ensino de História, o Brasil passou a seguir o estilo educacional europeu, embora ainda carregasse consigo a tradicional História Sagrada.

“Até 1837, a História aparecia como disciplina optativa do currículo nos programas das escolas elementares. A regulamentação da História como disciplina escolar autônoma seguiu o modelo francês. Neste modelo ocorreu o predomínio da História Universal, embora se mantivesse a História Sagrada. A introdução do ensino de História do Brasil, no ensino secundário, ocorreu a partir de 1855 e, em seguida, foram desenvolvidos programas para as escolas elementares.” (VARELA, Simone. p.5. 2014)

Logo após esta grande mudança no cenário educacional brasileiro, modificaram o ensino de História do Brasil durante a época Imperial, onde seguiam ordem cronológica, como no trecho

[...] ordem dos acontecimentos era articulada pela sucessão de reis e pelas lutas contra invasores estrangeiros, de tal forma que a história culminava com os grandes eventos da Independência e da Constituição do Estado Nacional, responsáveis pela condução do Brasil ao destino de ser uma grande nação (BRASIL, 1997, p. 21).

Ainda assim, o ensino de História ainda não era como o conhecemos hoje, mas, sim, pautado em decorar textos para aplicá-los em outros setores. O ensino de História existia, principalmente, como um viés mais rápido para estudar outras matérias, tal qual

“[...] ensinar História era transmitir os pontos estabelecidos nos livros, dentro do programa oficial, e considerava-se que aprender História reduzia-se a saber repetir as lições recebidas” (BRASIL, 1997, p. 21).

No fim do período imperial brasileiro, a taxa de analfabetismo brasileiro era de 82,3%. De acordo com Nemi e Martins (1996), a educação persistia em agravar a exclusão social das camadas populares, um padrão que havia sido estabelecido pelos jesuítas. Nesse cenário, o ensino de História contribuía para a perpetuação das desigualdades sociais, já que se restringia a apresentar a visão de uma verdade imposta pelas elites regionais.

A transição do Império para a República (1889) trouxe esperança na possibilidade de organizar, uma rede pública de ensino de qualidade e, principalmente, do ensino de História, tendo em vista que o Estado também havia se separado da Igreja Católica e estava tornando-se laico. Logo, o ensino de História não seria mais voltado à religião. Sobre isto, Horda (2012, p. 81) disserta:

A República, que se instala no Brasil em novembro de 1889, encontra a Igreja enfraquecida e incapaz de negociar um novo pacto que viesse a substituir o regime de Padroado e a sua situação de religião oficial do Estado, que lhe havia sido atribuída pela Constituição de 1824. O Estado republicano rompe com o regime Padroado e proclama-se leigo. Entre os dispositivos dessa Constituição, para garantir a plena separação entre a Igreja e o Estado, estava a introdução do ensino leigo nas escolas públicas.

Apesar disto, o ensino de História não se concretizou de forma laica. Mesmo com o Decreto, ainda respingava aspectos eurocêntricos e a pedagogia empregada

ainda se baseava em livros-textos, priorizando a memorização do processo de aprendizagem, e não a aprendizagem por si.

Somente a partir de 1930, no início da Era Vargas, com a crescente industrialização no Brasil, começou a ser pensado uma reforma e a expansão da rede de ensino básico. Para a modificação da moral religiosa pelo civismo, substituiu-se a História Universal pela História da Civilização. O Estado passou a ser visto como o principal agente histórico condutor das sociedades ao estágio civilizatório. Por este motivo, a periodização da História foi modificada. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a Reforma Francisco Campos (1930) houve o fortalecimento do poder do Estado e do controle sobre o ensino. Como visto por Schmidt:

Esse movimento educacional previa a difusão da escola, a formação de professores e a renovação pedagógica, formando nesse contexto um tripé, que caminhou para a consolidação do código disciplinar de História no Brasil, uma vez que foi a partir dele que se nasceram demandas de produção e difusão de elementos da cultura escolar, como manuais didáticos tanto para alunos, como manuais didáticos da História para a formação de professores, sendo que essas publicações tornaram-se documentos importantes para orientação das práticas pedagógicas escolares da disciplina de História (SCHMIDT, 2012)

A partir desta reforma o ensino de História passou a ser idêntico em todo o país. Ao mesmo tempo, houve a influência das propostas do movimento escolanovista, que propunha a introdução dos Estudos Sociais em substituição à História e à Geografia.

Em termos legais, enquanto a Constituição de 1891 manteve o ensino de História nos moldes alienantes do período colonial, a Constituição de 1934, sob influência do movimento da Escola Nova, supôs uma maior criticidade ante o processo histórico.

2. O ensino de História no período que antecede o Golpe

A introdução do ensino da História no contexto brasileiro foi oficializada com a promulgação da Constituição do Estado Imperial, marcando um momento crucial durante a fundação do Colégio Pedro II, em 1837. Nesse ponto inaugural, a inclusão da disciplina no currículo do Colégio conferiu-lhe não apenas relevância, mas, também, a característica de obrigatoriedade, alinhando-se às inovações pedagógicas inspiradas nas práticas adotadas nas renomadas escolas francesas. Essa medida precursora, ao longo do tempo, transcendeu as fronteiras do Colégio Pedro II, estendendo-se gradualmente a outras instituições de ensino e, assim, culminando na sua consagração como componente indispensável da base comum curricular brasileira.

Essa trajetória histórica revela não apenas a evolução do ensino da História no Brasil, mas também evidencia a influência de correntes pedagógicas internacionais na moldagem do sistema educacional do país. O processo de disseminação da disciplina, tornou-se um catalisador para a sua integração e aceitação generalizada, consolidando-se como um pilar fundamental no panorama educacional do Brasil.

Conforme relatado por Elza Nadai (1993, p.145-146), o ensino da História estava, à época, estritamente condicionado ao ciclo escolar, começando a partir da 6ª série. Nesse contexto, é crucial destacar o desafio substancial enfrentado pelos educadores em relação ao material didático. Muitos destes profissionais ingressaram no corpo docente sem a disponibilidade de recursos pedagógicos devidamente traduzidos para a língua portuguesa, o que exacerbou as dificuldades inerentes ao processo de ensino.

A escassez de materiais didáticos adaptados à língua portuguesa não apenas impôs obstáculos práticos aos professores, mas também ressaltou a necessidade urgente de investimentos e esforços para preencher essa lacuna educacional. A falta de recursos adequados não só afetou a qualidade do ensino da História, mas também destacou a importância de um compromisso contínuo com a produção e a adaptação de materiais educacionais para atender às necessidades específicas do contexto brasileiro.

Não obstante os desafios inerentes ao desenvolvimento de material de apoio, um fenômeno de maior envergadura já se manifestava: a persistente relutância em reconhecer a importância dos estudos históricos. Essa resistência, longe de se dissipar, perdurou após a proclamação da República, encontrando eco nas fileiras das autoridades civis militares. Este cenário complexo e desafiador foi acentuado pelas palavras proeminentes do senador Paulo Egídio de Oliveira, que, à época, destacou-se por sua influência e posicionamento significativo diante da questão:

"A História não é uma ciência; então, pergunto, qual a sua fenomenologia? A História não engendra fenômenos, ou, em outros termos, todos os fenômenos se submetem à História, que figura como um intrincado pano de fundo para sustentar a validação de todos os saberes humanos em todas as disciplinas científicas. Como, então, devemos abordar o ensino da história da civilização? Qual é a concepção de Burckle a esse respeito? Deveríamos começar por estabelecer como dogma a norma específica que delinea o desenvolvimento da civilização ocidental? Ou, ao contrário, deveríamos orientar o ensino da História da civilização com base na perspectiva de Buckle, que atribui primazia à Nação Inglesa? Devemos ministrar a história da civilização sob a égide do domínio do elemento greco-romano, concedendo-lhe a supremacia na condução dos destinos do mundo?" Diante das múltiplas vias que se desdobravam, incapaz de discernir uma rota clara a seguir ou de apresentar uma alternativa, e, o que era particularmente crucial para ele, um "método positivo", o senador optou, antes, por recomendar a "não inclusão da História da Civilização no Estado de São Paulo, como parte do programa de ensino público" (Nadai, 1993, p.147).

Essa ponderação do senador reflete não apenas uma divergência de opiniões, mas também aponta para um embate fundamental sobre a natureza e a posição dos estudos históricos no contexto educacional e intelectual da época. Em meio ao debate, a relutância em aceitar a relevância da História como disciplina essencial continuou a ser um desafio a ser superado, contribuindo para a complexidade e a resistência que marcaram a evolução do ensino histórico no Brasil. Esse posicionamento de Paulo Egídio de Oliveira fundamentou-se na convicção de que a História não se ajustava

aos paradigmas positivistas, que eram o padrão para a análise de pensamentos científicos e críticos, conforme a perspectiva do referido senador.

Contudo, com o decurso do tempo, a História passou a ser reconhecida como um componente de relevância ímpar na vivência escolar dos estudantes. Gradualmente, sua importância foi assimilada, tanto pela população em geral quanto pelas autoridades, sendo vista como porta de entrada para uma visão de mundo mais ampla e, mais ainda, como uma forja de mentes criativas e críticas.

3. A ditadura civil-militar e as primeiras mudanças na educação brasileira

O Brasil, à semelhança de nossos países vizinhos, foi palco de um extenso e tumultuado período de regime civil-militar, marcado por repressão política, no qual a educação tornou-se alvo de censura, a liberdade de imprensa foi severamente restringida e o povo enfrentou perseguições sistemáticas. Após o Golpe de 64, as instituições educacionais foram profundamente afetadas, com as salas de aula transformando-se em espaços monitorados por agentes políticos com o objetivo de garantir que somente conteúdos alinhados com o sistema vigente fossem ensinados. Esse cenário sombrio marcou o início de uma era em que o ensino de História foi suprimido e submetido a um rígido regime de censura.

Nas escolas, a liberdade acadêmica foi sistematicamente restringida, e os professores se viram obrigados a adotar uma abordagem cautelosa, evitando tópicos ou perspectivas consideradas subversivas pelo regime. As narrativas históricas foram manipuladas e moldadas de acordo com a ideologia dominante, resultando em uma versão distorcida e parcial dos eventos históricos, projetada para sustentar a visão oficial do governo.

A censura imposta ao ensino de História não apenas restringiu a liberdade intelectual nas salas de aula, mas também teve um impacto duradouro na compreensão coletiva da história do país. A busca pela verdade histórica foi subjugada, e a memória coletiva foi moldada de acordo com os interesses políticos da época. Esse período de repressão deixou cicatrizes profundas na sociedade brasileira, como o silenciamento, apagamento e medo, destacando a importância de

preservar e promover uma educação histórica que valorize a pluralidade de perspectivas e respeite a integridade intelectual.

"A transformação na educação teve início com a promulgação da Lei n. 5.692, que reestruturou os antigos níveis primários e ginásio, introduzindo o ensino de 1º e 2º graus. O ensino obrigatório foi ampliado de quatro para oito anos, constituindo um único ciclo denominado 1º grau de ensino. Enquanto os três anos do antigo ensino colegial foram designados como 2º grau." (LEME, Renata Bento, p.2).

Posteriormente, o regime ditatorial, em seu esforço para consolidar o controle ideológico, procedeu a uma reconfiguração abrangente do sistema educacional, moldando todas as disciplinas escolares de acordo com os seus interesses políticos. Essa reestruturação não se limitou apenas à imposição de uma narrativa específica nos livros didáticos, mas também implicou na eliminação do ensino autônomo de Sociologia e Filosofia, disciplinas consideradas potencialmente críticas ao regime.

Nesse processo, foram introduzidas três novas disciplinas: Organização Social e Política Brasileira, Estudos de Problemas Brasileiros e Educação Moral e Cívica. Estas foram concebidas não apenas como substitutas das disciplinas removidas, mas como veículos específicos para propagar as ideologias que justificavam o golpe militar. Simultaneamente, tinham o propósito claro de restringir as reflexões críticas e o pensamento autônomo que as matérias removidas costumavam suscitar entre os estudantes.

A imposição dessas disciplinas remodeladas refletiu uma estratégia calculada para controlar não apenas a informação transmitida nas salas de aula, mas, também, para moldar as mentes dos jovens de acordo com a visão política do regime. A Educação Moral e Cívica, em particular, tornou-se uma ferramenta de doutrinação, promovendo valores e ideais alinhados com a perspectiva oficial do governo.

Esse período de reconfiguração educacional durante o regime ditatorial não apenas alterou o conteúdo curricular, mas teve implicações duradouras na formação da consciência coletiva. As marcas desse controle ideológico ainda reverberam na

sociedade brasileira, destacando a importância de compreender e confrontar os impactos profundos dessas intervenções no sistema educacional do país.

Simultaneamente à supressão das disciplinas que estimulavam o pensamento crítico, o ensino de História e Geografia foi unificado sob a denominação de Estudos Sociais. A ditadura impôs uma abordagem menos crítica e mais voltada para eventos factuais, além de exaltar a história de figuras heroicas, e os professores foram submetidos a treinamentos obrigatórios disponibilizados pelo sistema. O mesmo docente passou a ministrar ambas as disciplinas, com base em um livro didático fornecido pelo governo, previamente submetido à censura. O ensino tornou-se superficial, evitando que as críticas inerentes a essas disciplinas fossem aprofundadas ou sequer mencionadas.

4. A repressão na educação e a doutrinação nas grades curriculares

Durante o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), a repressão na educação foi uma realidade marcante, caracterizada por um controle rigoroso sobre o ensino e a disseminação de uma ideologia específica através das grades curriculares. A ditadura buscou moldar o pensamento e as perspectivas dos estudantes, utilizando a educação como uma ferramenta para consolidar e perpetuar o regime autoritário.

Após 64, a relação entre o corpo docente e as autoridades militares tornou-se profundamente dissonante. Os conflitos emergiram quando os militares declararam a União Nacional dos Estudantes – UNE ilegal, promovendo um boicote à mesma. A UNE, em ato de resistência, desafiou a proibição, continuando a realizar convenções e reuniões para debater questões educacionais e engajar militantes em discussões sobre o país.

O sistema considerava os professores tão ameaçadores quanto os simpatizantes e os movimentos estudantis, o que resultou em uma espécie de tentativa de "purificação", e a maioria dos docentes universitários com afinidades ideológicas revolucionárias foram demitidos e perseguidos. Enquanto as áreas de Ciências Exatas eram incentivadas a promover descobertas, as Humanidades enfrentavam repressão. Entretanto, as Universidades, resistiram.

Uma das estratégias utilizadas foi a repressão direta, com a presença de agentes do governo nas instituições educacionais. Professores e estudantes eram monitorados, e aqueles que expressavam posições consideradas contrárias ao regime enfrentavam perseguições, demissões e até mesmo prisões. A liberdade acadêmica foi severamente restringida, e muitos educadores foram forçados a seguir uma linha ideológica imposta pelo governo, evitando tópicos críticos ou perspectivas dissidentes.

Com a censura, as mudanças no currículo escolar e uma nova composição do corpo docente, o governo tinha como objetivo propagar sua ideologia política e enfatizar o patriotismo, o nacionalismo e o civismo em todas as aulas. Isso resultou na exclusão de disciplinas reflexivas que incentivavam o pensamento crítico, eliminando qualquer possibilidade de disseminação de ideologias contrárias às suas próprias, particularmente a ideologia da liberdade.

A repressão e a censura no ensino da História não surgiram abruptamente. De acordo com Soares (1991), "O ensino de História pode mostrar ao homem que ele é capaz de mudar sua própria história, mesmo que não seja um herói. Isso o leva a refletir sobre si mesmo e sobre as injustiças ao seu redor." A citação de Maria Inês na Revista Nova Vida demonstra que o governo militar rejeitava e suprimia qualquer aspecto do ensino que pudesse promover pensamento crítico, a fim de evitar a formação de opositores que pudessem se contrapor ao sistema. Essas disciplinas tinham o propósito de disseminar a ideologia do regime, justificando o golpe militar e promovendo valores que estavam alinhados com a visão oficial do governo.

De acordo com Fonseca (1993), o governo tentou transformar os professores em meros transmissores de informações, privando-os de qualquer treinamento aprofundado e generalizando seu conhecimento. O objetivo era torná-los instrumentos de reprodução de conteúdo, desprovidos da capacidade de analisar e compreender a realidade que os cercava. Isso retirou a autonomia docente da História, reduzindo-os a meros veículos de informação com pouco conteúdo, transformando-os em meras máquinas.

A Educação Moral e Cívica, em particular, era utilizada como uma ferramenta de doutrinação, promovendo concepções específicas sobre patriotismo, ordem e respeito à autoridade. Essa disciplina visava não apenas transmitir conhecimento,

mas também moldar a moral e a lealdade dos estudantes de acordo com os interesses do regime.

Essas práticas de repressão e doutrinação nas grades curriculares deixaram um legado profundo na sociedade brasileira. A memória coletiva desse período ainda influencia debates contemporâneos sobre a educação e destaca a importância de se promover uma abordagem plural e crítica no ensino, respeitando a diversidade de perspectivas e garantindo a liberdade acadêmica.

5. A retomada do ensino de História como matéria independente após o fim do período ditatorial

Em 2023 completou-se 59 anos desde o ato do golpe ser oficializado. E mesmo após o fim do período ditatorial, o Brasil ainda demorou para redemocratizar a Educação, em especial o ensino de História.

“Na ditadura militar o ensino de história perdeu sua característica de conteúdo autônomo com uma disciplina e passou a figurar juntamente com geografia em uma outra disciplina chamada estudos sociais. Esta perda da autonomia veio acompanhada de mudanças nos conteúdos ensinados que passaram a priorizar como no fim do século XIX a figura dos heróis públicos e a importância da instituição militar para o país. Ensinava-se muito mais a História da Europa, chamada de História Geral do que história do Brasil. Foram criadas também disciplinas como OSPB e Educação Moral e Cívica para educação Básica e EPB(estudos dos problemas brasileiros) para os cursos superiores. Pós ditadura militar o ensino de história sofreu uma mudança drástica com a volta da disciplina de história e uma história ensinada com vertente prioritariamente marxista”.
(CAINELLI, em entrevista)

Como se constata, Cainelli retrata a descaracterização que o ensino de história sofreu durante a ditadura e após ela. Depois da retomada do ensino de história de forma autônoma, desvinculado de Estudos Sociais, o ensino da matéria tomou um viés marxista, o que, na época, era pouco comum e muito criticado, o que acabou por

ser depreciado pela sociedade, ainda alienada pelas ideologias ditatoriais. Embora a ideologia marxista tenha sido muito atacada, não só ela sofreu, toda diferença era perseguida.

A Lei de Anistia, decretada em 1979, perdoou os criminosos políticos, os “famigerados” rebeldes e militantes, que foram presos e exilados, mas, por outro lado, também perdoou os crimes de quem foi responsável pelas atrocidades do período, logo, não houve punições aos líderes civis e militares. Essa Lei entrou em vigor ainda durante a ditadura, mas desde seu decreto é pauta nas salas de aula na disciplina de História.

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (PLANALTO, 1979)

Assim como o Brasil, os vizinhos do Cone Sul também tiveram períodos ditatoriais violentos. Mas, ao contrário do Brasil, esses países não concederam anistia aos responsáveis pelo regime. E, imediatamente, após o fim da regência, reestruturaram a educação e já inseriram no currículo escolar de História o ensino da ditadura.

Fernando Henrique Cardoso promoveu uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996 e criou os Parâmetros Nacionais Curriculares (PNCs), que não demonstrou preocupação de como seria inserido ou se seria inserido o ensino da ditadura no currículo escolar, tanto de forma pedagógica como de memória.

A LDB e a Lei Federal brasileira que estabelece as diretrizes e bases da educação no país. Ela tem um papel fundamental na organização e regulamentação do sistema educacional brasileiro. Também, os PNCs com temas como Ética, Saúde, Orientação Sexual, Meio Ambiente e Pluralidade Cultural, os chamados temas

transversais, deveriam perpassar as disciplinas. Em nenhum desses documentos encontramos preocupações específicas com o ensino da última ditadura. (QUADRAT, 2015)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, e a Lei Federal brasileira que estabelece as diretrizes e bases da educação no país. Ela tem um papel fundamental na organização e regulamentação do sistema educacional brasileiro. Também, os PCNs com temas como Ética, Saúde, Orientação Sexual, Meio Ambiente e Pluralidade Cultural, os chamados temas transversais, deveriam perpassar as disciplinas. Em nenhum desses documentos encontramos preocupações específicas com o ensino da última ditadura. (QUADRAT, 2015)

Cronologicamente, o fato posterior é o fim dos Estudos sociais, ocorrido ainda durante a década de 80 que, durante a ditadura, foi a unificação das matérias de Geografia e História. Com o fim da “nova” disciplina implementada pelo governo militar, o ensino de História e Geografia acabou por se desmembrar, retomando o ensino unitário e aprofundado de ambos.

Com o fim da ditadura militar brasileira e com o encerramento da disciplina de Estudos Sociais, a matéria de História se tornou mais autônoma e independente. Porém, com a Lei de Anistia e as reformas curriculares que não impunham o ensino da ditadura como um tema obrigatório, os acontecimentos sociais e educacionais do período caíram em esquecimento.

Para o tema ganhar visibilidade no cenário educacional brasileiro, foram necessárias tentativas isoladas de manifestação, como é o caso do Memorial da Resistência em São Paulo, que é o maior museu sobre a história da resistência em todo Cone Sul, já que, além de fazer pesquisas sobre a época, também divulga oficinas e cursos de especialização. Após diversas aparições de movimentos com a finalidade de aprofundar os acontecimentos do período de 1964 a 1985, em 2018, com a oficialização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tornou-se obrigatório o ensino da ditadura nas escolas de ensino básico.

EF09HI19: Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões

relacionadas à memória e à Justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos. Palavras-chave: Ditadura, memória, direitos humanos. (BNCC, Brasil. 2018)

A formação e preparação dos professores para tal ensino foi um projeto caro e complexo, já que os professores, em sua maioria, haviam presenciado pessoalmente os acontecimentos e barbaridades da época. Foi um processo difícil que se tornou possível, fazendo, hoje, o ensino da ditadura ser obrigatório nas salas de aula de todo território brasileiro e, capacitando professores para lecionarem o conteúdo de forma imparcial.

Portanto, como citado por Quadrat (2015), o Brasil passou pela Comissão Nacional da Verdade. Assim como os vizinhos do Cone Sul, tinha como finalidade, a promoção dos direitos humanos para assegurar o caminho do *nunca mais*, tornando a educação e o ensino de História destaque nas batalhas pela memória.

Por fim, o ensino de História no Brasil, teve sua trajetória muito longa e conturbada. Para que se tornasse o que conhecemos hoje, muita coisa ousou acontecer. Vieram com os jesuítas como forma de aprender outras matérias, depois mudou para focar em heróis e fatos julgados importantes, quase foi extinto pela ditadura e, quando retornou ao seu original, foi depreciado pela sociedade. O ensino de História, hoje, julga ensinar fatos históricos, independente da época, local ou assunto. Logo, a evolução e resistência da disciplina é fundamental e necessária para que o aluno entenda o mundo com todos os seus acontecimentos e memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, este artigo tem como principal objetivo investigar a trajetória do ensino de História no Brasil, buscando compreender suas mudanças e os desafios enfrentados. Ao longo de diferentes períodos, a disciplina resistiu a diversas adversidades e, mesmo diante de tentativas de extinção, ressurgiu de forma resiliente.

Portanto, a importância dessa matéria reside na sua capacidade de apresentar democraticamente o passado ao aluno. Isso não apenas para prevenir a repetição de erros, mas principalmente para desenvolver a habilidade do estudante de refletir criticamente sobre os eventos históricos. Além disso, ela busca estabelecer conexões com a memória, os fatos históricos e o patrimônio cultural, visando criar um senso de pertencimento tanto em relação à própria história pessoal quanto à história local onde ele está inserido, proporcionando uma compreensão mais profunda do contexto.

REFERÊNCIAS

LEME, Renata Bento. FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA DITADURA MILITAR (1964-1985)

<https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/formacao-de-professores-na-ditadura-militar-1964--1985.pdf>

NADAI, Elza. O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. Revista Brasileira de História. Vol. 13, nº 25/26. São Paulo: AMPUH/Marco Zero, 1993.

PRIORI, Ângelo Violência y Repressión contra los movimientos sociales en Brasil, durante la dictadura militar. In: Dalla Corte, G. Relaciones Sociales e ditadura en América: Barcelona: Publicacions i edicions, 2004.

LAGÔA, Ana. História: O bonde que a escola perdeu. Revista Nova Escola. nov.1991

FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da História Ensinada. São Paulo: Papyrus,1993

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997, 166p.

NEMI, Ana Lúcia L.; MARTINS, João Carlos. Didática de História: o tempo vivido: uma outra história?. São Paulo: FTD, 1996.

VARELA, Simone. Trajetória do Ensino de História no Brasil. http://www.encontro2014.se.anpuh.org/resources/anais/37/1424132997_ARQUIVO_SimoneVarela.pdf, 2014.

HORTA, J. S. B. O hino, o sermão e a ordem do dia: o regime autoritário e a educação no Brasil (1930 – 1945). 2.ed; ver. – Campinas/SP: Autores Associados, 2012.

SCHMIDT, M. A. M. S. História do ensino de história no Brasil: uma proposta de periodização. Revista História da Educação – RHE. Porto Alegre. V. 16 n. 37 Maio/ago. 2012.

SILVA, R. C. M. O ENSINO DE HISTÓRIA E O PERÍODO DA DITADURA MILITAR: APONTAMENTOS E LEITURAS ACERCA DESTA TEMÁTICA POR PROFESSORES DE HISTÓRIA. 2014. Entrevista com Marlene Rosa Cainelli p. 8 e p.9.

BRASIL, Base Nacional Comum Curricular, <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>, 2018.

QUADRAT, Samantha Viz. PÁGINAS DA HISTÓRIA: O ensino das ditaduras do Cone Sul. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). DITADURAS MILITARES: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. p. 277- 293.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, C. A.A. A igreja católica no período da Ditadura Militar 1964-1985 – Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté, Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2017.

SANTOS, B. L. I. dos. Últimas notícias, últimas manchetes: a censura à imprensa durante a Ditadura Militar: O Jornal Última Hora (1964-1971) – Monografia (graduação) – Universidade de Taubaté, Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2017.

SANTOS, M. W. dos. Ditadura Militar e Educação: a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos no período de (1968-1971) – Monografia (graduação) – Universidade de Taubaté, Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2022.

CARNEIRO, D. V. Ditadura Militar e Universidade de Taubaté: formação e reforma – Monografia (graduação) – Universidade de Taubaté, Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2006.

GIL, M. B. A educação na era Vargas – Monografia (graduação) – Universidade de Taubaté, Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2011.

GERMANO, J. W. ESTADO MILITAR E EDUCAÇÃO NO BRASIL (1964-1985) – 4ª edição - São Paulo: Editora Cortez, 2005.

GONÇALVES, M C. História da Educação no Vale do Paraíba Paulista: temas, objetos, fontes – ex 1 – São Paulo: Paco Editorial, 2013.

BIBLIOGRAFIA ELETRÔNICA

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4 Edição. São Paulo: Saraiva, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação? Educações: aprender com o índio. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação?. historiaCap.1, p.3 a 11. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1007643>

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª Edição. 23ª Reimpressão. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987. 129p. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. 25ª Edição. São Paulo. Paz e Terra, 1996. 76p. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/9.-Pedagogia-da-Autonomia.pdf>

FREIRE, Paulo. Educação Como Prática da Liberdade. Exemplar Nº 1405. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1967. 150p. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao_pratica_liberdade.pdf

VILELA, Thiago. Linha do Tempo da História da Educação no Brasil. O COMPRIMIDO. Disponível em: <https://www.ocomprimido.com/dose-diaria/linha-do-tempo-da-historia-da-educacao-no-brasil/>

SARAIVA, Terezinha. Escola Ideal. Associação Brasileira da Educação: Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.abe1924.org.br/educacao/falando-sobre-educacao/280-a-escola-ideal>

ELEVA PLATAFORMA. Qual o papel da educação na formação do cidadão, afinal?. Disponível em: <https://blog.elevaplataforma.com.br/papel-da-educacao-formacao-do-cidadao/>

SAE DIGITAL. Qual a Importância da Educação para o mundo?. Disponível em: <https://sae.digital/qual-a-importancia-da-educacao-para-o-mundo>

PLAZA, Rosimary. O ENSINO DE HISTÓRIA DURANTE A DITADURA MILITAR http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_rosimary_plazza.pdf

TORRES, Paulo Magno da Costa. COMO ERA A EDUCAÇÃO NA DITADURA MILITAR <https://www.coladaweb.com/historia-do-brasil/como-era-a-educacao-na-ditadura-militar>

GAZETA DO POVO. O DESAFIO DE ENSINAR HISTÓRIA DURANTE O REGIME MILITAR <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/o-desafio-de-ensinar-historia-durante-o-regime-militar-ehc3qh8l0viwed9l42wawrz9q/#:~:text=Esse%20foi%20o%20desafio%20dos,pelo%20chamado%20%22Estudos%20Sociais%22.>

MAXWELL. Puc Rio. O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ÚLTIMOS 30 ANOS NO BRASIL https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9176/9176_5.PDF

**Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

K96h Kumagae, Maria Eduarda Alvarenga da Silva
História do ensino de História : o ensino básico de História no
período pré e após a Ditadura Civil-Militar Brasileira de 1964-1985 /
Maria Eduarda Alvarenga da Silva Kumagae. – 2023.
21f. il.

Artigo (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Isnard de Albuquerque Câmara Neto,
Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2023.

1. Educação. 2. Ditadura. 3. História. 4. Censura.
5. Autonomia. I. Universidade de Taubaté. Departamento de
Ciências Sociais e Letras. Curso de História. II. Título.

CDD – 907